



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 136ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 15 de setembro de 2017 às 09h00min

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 136ª (centésima trigésima sexta) Reunião Extraordinária (RE) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sra. (senhora) Edylene Marota Guimarães, 2ª (segunda) Suplente da Presidência; Chefe do Escritório IEF Regional Triângulo; Sr. Gilberto Carlos de Freitas, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Eustáquio Sidnei Milanez Júnior, 1º (primeiro) Suplente da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR); Sr. José Carlos da Silva, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Sra. Carla Vieira Alvarenga, 2ª Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º Suplente da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Bruno Gonçalves dos Santos, 2º (segundo) Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH Rio Araguari – PN2); Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Willian Pereira Rodrigues, 1º Suplente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG); Sr. Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Titular da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 1º Suplente da Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social (NEOAMBIENTA) e Sr. Nelson Barbosa Júnior, Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). EDYLENE (PRESIDENTE): Bom dia a todos e mais uma vez desculpa pelo atraso. Devido a uma falha técnica de gravação e agradeço a todos pela compreensão e paciência. Pauta da 136ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), 15 de setembro de 2017, às 09 horas e 47 minutos. Sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia, Minas Gerais. Vamos ao item 1. **Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Vamos ao item 2. **Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Diogo Soares de Melo Franco.** Nesse item eu vou ler para vocês o Memorando de Indicação da Presidência. MEMO SUGER/SEMAD nº 167/2017. Belo Horizonte, 13 de setembro de 2017. Senhores Conselheiros, diante da impossibilidade de representantes da SEMAD Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – URC TMAP, conforme composição na



Deliberação nº 1005/2016, indico a Sra Edylene Marota Guimarães, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para presidir a 136ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – URC TMAP, que será realizada dia 15 de setembro de 2017 às 09 horas no Município de Uberlândia. Atenciosamente, Diogo Soares de Melo Franco. Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais:** Bom dia mesa diretora, companheiros membros do COPAM, Técnicos e empreendedores presentes. EDYLENE (PRESIDENTE): Por gentileza, se identifique. THIAGO (FIEMG): Gostaria de deixar para todos a informação de que se iniciou no mês passado a FAP, que é a Fiscalização Ambiental. Foi uma parceria entre a Polícia Militar, o Governo do Estado e a FIEMG, para que a FIEMG possa auxiliar e orientar essas Indústrias que estão sendo fiscalizadas a buscarem orientação para se regularizar junto ao Meio Ambiente. Então, se alguém com conhecimento ou por sorte conhece alguém que está passando por essa fiscalização, que necessita dessa orientação, que envie direcionando lá para FIEMG. Lembrando que esse atendimento é gratuito. É isso. Obrigado. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Junto com o Conselheiro Thiago nós fiscalizamos aqui em Uberlândia, no início desse mês mais de 300 empreendimentos; muitos possíveis de regularização, com certeza eles devem te procurar, viu Thiago. Eles foram notificados, com prazo de 40 dias para regularização. Na verdade, eu pedi a palavra para fazer uma solicitação ou até mesmo uma sugestão com relação a esses Pareceres de Desmats, esses últimos, de processo único, com relação a qualidade. Está muito difícil a leitura, eu lembro quando a gente fazia as reuniões da COPA, parece que vocês salvavam o próprio documento e encaminhava para a gente. Se puder fazer dessa forma. Está bem a legitimidade desses documentos. DAIANE (SUPRAM): A gente já passou isso para a Ilma, vai ser corrigido e nas próximas reuniões vai ficar melhor. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Bom dia a todos e a todas. Quero solicitar, a gente já passou para a SEMAD, nós temos possibilidade de recursos em algumas decisões para intervenção ambiental que não está inserida no Bioma Mata Atlântica. A gente gostaria de saber qual é o canal para que a gente possa visualizar os Pareceres e as decisões. A gente sabe que a decisão vai ser no Diário Oficial do Estado e de Classe 3 e 4 eu sei que estão no site, mas a gente já há algum tempo, eu não sei se avançou, mas como a gente tem a possibilidade de recurso a gente quer ter acesso, porque a gente tem um prazo para interpretar o recurso. Então, esses de intervenção ambiental a gente não está tendo acesso a eles, a decisão de uma forma mais simples. Com o encaminhamento a gente entende que deveria estar no site da SEMAD e no próprio site do COPAM. O Parecer, a Decisão, a data, estipulando uma data; dia 10 todos vão estar lá e a gente avalia e vê a necessidade de recurso ou não, porque senão fica difícil ver esses Pareceres no Diário Oficial. A gente já levou isso ao Ministério Público, por meio do Dr. Valera e já encaminhamos para a SEMAD na última reunião que nós tivemos, inclusive com o André Rios. É isso aí. ILMA (DIRETORIA ADMINISTRATIVA): Bom, pessoal, a previsão é que realmente a gente esteja fazendo essa publicação dos atos do DAIA, mas ainda o sistema não está acobertando para a gente a disponibilidade desses Pareceres de DAIA. Então, por enquanto nós estamos procedendo a publicação de Classe 3, 4, 5 e 6. Os DAIA's ainda não temos uma previsão definida para essa publicação, isso no âmbito de toda SEMAD. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): (...) Ministério Público, porque não está tendo a mesma isonomia de tratamento. Classe 3 e 4 está lá; agora, aonde a gente entende que tem os maiores impactos com relação à Biodiversidade, que são esses desmatamentos mesmo que pequenos. Pequenos entre aspas porque quando você vai no Norte, Noroeste de Minas a gente depara com 500, 700, 900 hectares uma DAIA dessa. É necessário a gente ter esse documento em mãos, porque se não,



se nós temos direito a recurso administrativo, então, o Governo tem que criar os mecanismos. Agora, se o Governo não tem condição nada deveria dar andamento nesse recurso até resolver essa questão de acessibilidade e de informação. O Ministério Público, eu vou novamente reforçar essa questão, aproveitando essa fala que não tem uma previsão de quando vai deixar esses documentos de livre acesso à Comunidade, à Sociedade para que a gente possa encontrar um meio termo para a gente conseguir essa informação. ILMA (DIRETORIA ADMINISTRATIVA): OK. Está registrado, vamos buscar também essas informações necessárias para a gente estar resolvendo junto à Gestão da SEMAD. EDYLENE (PRESIDENTE): Certo. Mais algum Conselheiro? Então, vamos ao item **4. Exame da Ata da 135ª RO de 12/05/2017**. Aberta a votação. WILLIAN (SIAMIG): Abstenção. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Abstenção. NELSON (UFU): Abstenção. JOSÉ CARLOS (SEPLAG): Abstenção. BRUNO (CBH-Araguari): Abstenção. SIDNEI (SECIR): Abstenção, eu não estava presente na reunião. EDYLENE (PRESIDENTE): Ata aprovada pela maioria. MOISÉS (FETAEMG): Presidente, eu peço licença para me retirar devido a um horário que eu tenho no médico. EDYLENE (PRESIDENTE): Sim. Muito obrigada pela presente. Vamos ao Item **5. Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração: 5.1 Sementes Selecta S/A - Processamento de soja - Araguari/MG - PA/Nº CAP 436520/15 - AI/Nº 026030/2015. Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. 5.2 Indústria Comércio de Laticínios Minas Bahia Ltda. - ME - Preparação do leite e fabricação de laticínios - São Francisco de Sales/MG - PA/Nº CAP 439816/16 - AI/Nº 10473/2015. Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA. Esse processo foi retirado de pauta pela SUPRAM. Item 5.3 Frigorífico Mata Boi S.A. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) - Araguari/MG - PA/Nº CAP 444096/16 - AI/Nº 012207/2009. Apresentação: Supram TMAP. Só para esclarecer aqui, eu vou fazer a leitura de todos os itens e ao final eu coloco a votação em bloco. Se tiver destaque eu já vou fazer a observação. Como eu já fiz a leitura do 5.1, algum destaque? Item 5.3 algum destaque? THIAGO (FIEMG): Destaque no 5.1 e 5.3. EDYLENE (PRESIDENTE): Leitura do Item 5.4 Agroceres Pic Suínos S.A./Fazenda Santa Juliana - Suinocultura (crescimento e terminação) - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 444922/16 - AI/Nº 012211/2009. Apresentação: Supram TMAP. Algum destaque? Item 5.5 Focam Indústria e Comércio - Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha - Uberaba/MG - PA/Nº CAP 460174/17 - AI/Nº 012244/2010. Apresentação: Supram TMAP. Destaque SUPRAM. Item 5.6 Heveaplan Agroindustrial Ltda. - Beneficiamento de borracha natural - Frutal/MG - PA/Nº CAP 460047/16 - AI/Nº 012293/2010. Apresentação: Supram TMAP. THIAGO (FIEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.7 Décio Bruxel e Outros - Suinocultura ciclo completo - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 459691/17 - AI/Nº 11414/2010. Apresentação: Supram TMAP. Item 5.8 Rio Branco Alimentos S.A. - Suinocultura (unidade de produção de leitões) - Patrocínio/MG - PA/Nº CAP 444991/16 - AI/Nº 11446/2009. Apresentação: Supram TMAP. Item 5.9 Frigorífico Delta Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) - Uberaba/MG - PA/Nº CAP 455301/16 - AI/Nº 012206/2009. Apresentação: Supram TMAP. THIAGO (FIEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.10 Indústria de Rações Patense Ltda. - Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 442538/17 - AI/Nº 44388/2011. Apresentação: Supram TMAP. Algum destaque? ELAINE (FAEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.11 INPA - Indústria de Embalagens Santana S.A. - Fabricação de artigos e artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos, simples ou plastificados, fabricação de papelão - Uberaba/MG - PA/Nº CAP 445541/17 - AI/Nº**



44392/2011. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.12 Auto Posto Mimarfo Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 461960/17 - AI/Nº 44415/2011. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.13 Cargill Agrícola S.A. - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 459040/16 - AI/Nº 44430/2010. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.14 Edmur Gouveia Teodoro Júnior - Suinocultura (crescimento e terminação) - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 462027/17 - AI/Nº 44463/2012. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.15 Sadia S.A - Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 454177/16 - AI/Nº 44470/2012. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.16 Prefeitura Municipal de Frutal - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos, tratamento e disposição final de serviços de saúde (Grupo A - infectantes ou biológicos), exceto incineração - Frutal/MG - PA/Nº CAP 445354/16 - AI/Nº 44473/2013 - Apresentação: Supram TMAP. ELAINE (FAEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.17 Agroindustrial Santa Juliana S.A. - Destilação de Álcool - Santa Juliana/MG - PA/Nº CAP 445254/16 - AI/Nº 44491/2012. Apresentação: Supram TMAP. ELAINE (FAEMG): Destaque. THIAGO (FIEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.18 ABC Agricultura e Pecuária S.A. ABC A&P - Culturas anuais, excluindo a olericultura, bovinocultura de leite - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 458725/16 - AI/Nº 45666/2013. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.19 Usina Delta - Destilação de álcool - Delta/MG - PA/Nº CAP 471318/17 - AI/Nº 45676/2013. Apresentação: Supram TMAP. THIAGO (FIEMG): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.20 Sadia S.A. - Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas, processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 462013/17 - AI/Nº 45680/2012 - Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.21 Laticínios Bela Vista Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais - Iraí de Minas/MG - PA/Nº CAP 444903/16 - AI/Nº 45697/2013. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.22 Praia Clube S.C - Complexo turístico de lazer - Uberlândia/MG - PA/Nº CAP 461893/17 - AI/Nº 51096/2011 - Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.23 Inácio Carlos Urban - Culturas anuais, excluindo a olericultura - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 468522/17 - AI/Nº 142354/2013. Apresentação: Supram TMAP. Sem destaque. Item 5.24 Vale Fertilizantes (Ex - Fertilizantes Fosfatos S.A) - Culturas anuais, excluindo a olericultura - Patos de Minas/MG - PA/Nº CAP 475159/17 - AI/Nº 268/2001. Apresentação: Supram TMAP. THIAGO (FIEMG): Destaque. SUPRAM: Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Agora vou fazer a votação dos processos que não houve destaque. Itens para votação agora, 5.4; 5.7; 5.8; 5.11; 5.12; 5.13; 5.14; 5.15; 5.18; 5.20; 5.21; 5.22 e 5.23. Os Conselheiros que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, quem for contrário se manifeste. THIAGO (FIEMG): Eu vou me abster do item 5.13; 5.15; 5.20; 5.21 e o destaque do 5.1 que eu havia feito era apenas um destaque que a gente não tinha combinado ainda, então, retirado o destaque, 5.1 também abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, foram aprovados por unanimidade 5.4; 5.7; 5.8; 5.11; 5.12; 5.14; 5.18; 5.22 e 5.23. Os itens aprovados por maioria foram 5.13, com abstenção do Thiago (FIEMG); 5.19; 5.20; 5.15; 5.20; 5.21. Agora eu vou retornar nos itens que tiveram destaque, começando no 5.1 que tem o destaque da SUPRAM. VITOR (SUPRAM): O item 5.1 Sementes Selecta tinha sido pautada na última reunião, na pauta da 135 e tinha um TAC previsto para ser analisado pela SUPRAM. Então, a SUPRAM resolveu devolver o processo, baixar em diligência para analisar o TAC (Termo de Ajuste de Conduta) para ver se caberia alguma medida reparatória, compensatória e se foi cumprido o TAC



também. Analisaram o TAC, ele foi devidamente cumprido, no entanto; a gente analisando o TAC, ele não prevê nenhuma cláusula de redução de 50%, uma vez que não houve caso de dano ambiental, nem intervenção; uma vez que no Art. 49, parágrafo 2º, exige que (...) obrigações específicas para reparar o dano ambiental ou corrigir (...) a degradação ambiental. No presente caso não houve nenhum dano ambiental, uma vez que, ele estava só operando sem constatar a poluição ambiental. Esse TAC foi apenas para ele voltar a operar. Houve duas penalidades no Auto de Infração, a multa imposta e este da seletividade. Para ele não ficar sem operar, ele firmou um TAC com a SUPRAM para que pudesse voltar a operar, amparado por este TAC. O Art. 49, parágrafo 2º só prevê a redução quando há um dano ambiental, ele repara esse dano ambiental; reparado esse dano ambiental ele tem 50% da multa. Nesse TAC não havia previsão dessa cláusula, uma vez que não havia dano ambiental. Ele apenas estava operando sem licença e sem poluição. É só isso mesmo. THIAGO (FIEMG): Mas ele não faz jus à atenuante dos 30% por colaborar com órgão público para sanar o problema. GUSTAVO (SUPRAM): As atenuantes são aplicadas somente se houver requerimento do autuado. A gente não aplica atenuante de ofício. Se não houver requerimento e não apresentar a documentação comprobatória, não há aplicação das atenuantes. THIAGO (FIEMG): Ok. Ele não solicitou o TAC? A solicitação não foi feita para que ele assinasse o TAC? Isso não é uma solicitação? VITOR (SUPRAM): O TAC, como eu havia falado, foi para que ele voltasse a operar, uma vez que a multa ambiental que foi aplicada, esse Auto de Infração 26030/2015 aplicou a penalidade de multa simples e a suspensão da atividade. Se ele quisesse esperar o julgamento ele teria que ficar com a atividade suspensa, aí há a possibilidade de você firmando um TAC voltar a operar amparado por meio de TAC, uma vez Licença de Operação, Instalação. Ele operava sem licença. Então, para ele voltar a operar ele deveria ou adquirir a licença de imediato e ficar suspensa a atividade até ser analisado o processo dele pela SUPRAM para poder voltar a operar ou celebraria esse TAC para que ajustando a conduta ele fosse liberado de imediato a atividade. THIAGO (FIEMG): Gostaria que depois vocês enviassem para nós então, o que o Gustavo falou de uma regra que só será aplicada as atenuantes se ele solicitar. KAMILA (SUPRAM): A aplicação da atenuante pode ser feita pelo fiscal, inclusive, no ato de fiscalização. GUSTAVO (SUPRAM): A Kamila disse realmente que a atenuante é feita pelo fiscal, já que não foi verificado em loco, durante a fiscalização, ele não trouxe aos autos nenhuma a comprovação (...) quando foi feita na reunião passada. Como o Dr. Valera já disse, o direito não socorre aos que dormem, então; novamente, se ele não trouxe aos autos comprovação que faz direito a essa atenuante, a atenuante não é aplicada. Só para esclarecer novamente isso. THIAGO (FIEMG): Nós vamos discutir sempre que for preciso, quando da primeira vez que ele veio para cá. Se não houve a degradação ambiental, o agente não deveria então, constar essa atenuante. São questionamentos porque nem todo mundo aqui tem conhecimento de Direito. O técnico da empresa ele não deveria dentro do Auto de Infração constar essa atenuante? KAMILA (SUPRAM): Para ficar claro, quando a gente está analisando, fazendo o Parecer, o controle processual dessa infração, o analista jurídico vai se basear em quê? No auto de fiscalização, no auto de infração. Se lá constar atenuante, sim, nós vamos aplicar. Se na defesa ou no Recurso o autuado solicitar também vai ser um ponto de discussão naquele parecer. Caso contrário, Conselheiro, nós; na análise jurídica a gente não impõe a aplicação dessa atenuante. Precisa estar em dois momentos, ou no primeiro que o fiscal indique e ele tem que comprovar isso no Auto de Fiscalização ou num outro momento, se na Defesa for solicitado, também vai ser outro ponto de análise. THIAGO (FIEMG): Ok. Obrigado. EDYLENE (PRESIDENTE): Agora eu vou colocar o item 5.1 em votação. Os Conselheiros que forem favoráveis ao Parecer permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Abstenção. WILLIAN (SIAMIG): Abstenção. SIDNEI (SECIR): Abstenção. BRUNO (CBH-ARAGUARI): Abstenção.



246 GILBERTO (SEAPA): Abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Aprovado pela maioria.
247 Agora em votação o item 5.3, tem o destaque da FIEMG. THIAGO (FIEMG): Na verdade,
248 como a gente não havia combinado a regra de abstenção, eu pedi destaque (...). EDYLENE
249 (PRESIDENTE): Então, em votação o item 5.3. THIAGO (FIEMG): Abstenção. EDYLENE
250 (PRESIDENTE): Aprovado pela maioria. Item 5.5, destaque SUPRAM. VITOR (SUPRAM):
251 O Processo 5.5, AI: 12244/2010, da Focam, nós fizemos uma análise do pedido deles; eles
252 fizeram um pedido de TAC, não; de Termo de Compromisso fundamentado no Artigo E-3,
253 que é para incluir uma ação reparadora a ser incluída em qualquer parte do Estado, que é a
254 conversão em metais do valor real da multa para ser uma ação reparadora no Estado. Eu
255 mesmo tinha feito o Parecer, havia indeferido, mas a gente foi reanalisar e vamos fazer essa
256 emenda nesse Parecer. Só que, deixar bem claro, no Artigo E-3, ele tem que comprovar todos
257 os requisitos que são: (...) reparação de dano ambiental diretamente causado pelo
258 empreendimento e adoção das medidas de controle ambiental exigidas pelo órgão ambiental
259 competente; comprovação de recolhimento do valor restante da multa que não será convertida
260 em medida de interesse de proteção ambiental de recursos hídricos, nos termos deste artigo e
261 (...) autorizativos ambientais ou serem formalizados; aprovação pelo COPAM; assinatura do
262 Termo de Compromisso com o órgão ambiental, fixando o prazo e condições de
263 cumprimento. Esse requerimento de conversão trata somente no artigo antes do débito ser
264 inscrito em dívida ativa. Então, a gente quer colocar o Parecer nosso como procedência,
265 mantendo a multa, mas deixar essa alternativa para ele, para que caso do pagamento do DAE
266 quando for enviado para ele, que é no prazo de 30 dias, ele possa requerer. O Termo de
267 Compromisso ele tem que trazer um relatório, uma proposta de qual área ele vai reparar, os
268 prazos que ele vai gastar para poder recuperar essa área, para depois voltar para o COPAM
269 para ser votado essa medida. Como ele não apresentou nenhuma proposta, ele só fez o
270 requerimento no recurso, nós estamos abrindo essa possibilidade, mas mantendo esse recurso
271 dele, só que abrindo essa possibilidade de que em 30 dias ele possa trazer aos autos essa
272 proposta de reparação. THIAGO (FIEMG): Justamente. Eu tinha até feito uma anotação aqui,
273 porque ele realmente solicitou, trouxe um plano de ação, prevenção, mas agora ele tem que
274 apresentar a proposta. Eu ia perguntar se ele tinha um prazo para isso. Excelente. KAMILA
275 (SUPRAM): Só para deixar registrado que esse termo, essa proposta, não vai ser aprovada
276 pela SUPRAM. Ela vai ser aprovada por esse Conselho. Então, vai ser encaminhado o DAE
277 para ele, para recolhimento do restante do 50% ou alternativamente ele apresenta a proposta
278 para conversão desses 50%. Ele, pagando o DAE a gente entende que ele não quer apresentar
279 a proposta, ok. Ele pagando e trazendo no prazo a proposta de conversão, nós vamos analisar
280 e vai ser trazido aqui para essa URC, se vocês concordam ou não com a proposta dele. Então,
281 não é competência da SUPRAM aprovar ou não. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.5 em
282 votação. THIAGO (FIEMG): Abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Aprovado pela
283 maioria. Item 5.6, destaque FIEMG. THIAGO (FIEMG): Item 5.6 é esclarecimentos mesmo.
284 Lá no Parecer que a gente recebeu diz na página 6 diz que ele não tem os benefícios da alínea
285 f do Decreto, mas no processo, lá na página 93, ele traz o CAR e traz a comprovação da
286 Reserva. GUSTAVO (SUPRAM): Essa questão já foi citada pela Secretaria de Estado de
287 Meio Ambiente, por meio de todos os Autos de Infração e foi repassado, foi uma das
288 instruções de serviço, conforme está descrito *ipsis litteris* no Decreto: A Reserva tem que
289 estar averbada e preservada. Ele não trouxe isso aos Autos, comprovando que ela está
290 averbada e preservada. THIAGO (FIEMG): Averbada dentro do prazo, a preservação é que
291 não consegue. GUSTAVO (SUPRAM): Averbada no Cartório. A instrução de serviço
292 determina que ela esteja averbada no Cartório. No Cadastro Ambiental Rural não serve para
293 comprovação. E preservada. Preservada, ele não me trouxe nenhum laudo, nenhum relatório
294 comprovando que ela estaria preservada. E esse entendimento, eu creio que se destaca em



alguns, é aplicação de todas essas alíneas. A argumentação é a mesma, a Reserva tem que estar averbada. E o entendimento da SEMAD é que, por averbação se entende aquela antiga que se fazia no Cartório, a mera apresentação do Cadastro Ambiental Rural não comprova que ela está averbada. THIAGO (FIEMG): Nós vamos ter que mudar o Decreto. Ok. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, em votação o item 5.6. THIAGO (FIEMG): Eu voto contra o Parecer, em razão de entender que o CAR, ele traz, por força de Lei, a comprovação dessa Reserva. ELAINE (FAEMG): Sou contra, pelas mesmas razões. GILBERTO (SEAPA): Também sou contra, pelos mesmos motivos. WILLIAN (SIAMIG): Também, pelos mesmos motivos. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Só fazer uma observação com relação, talvez, pontuar alguns votos contrários aí. Tem a questão da vedação, eu entendo os argumentos, mas também tem a questão da preservação. Se não há nos Autos a comprovação da preservação, de qualquer jeito não poderia deferir o processo. Então, são duas questões aí que talvez, no que eu entendi, impediriam a atenuante. Embora, essa discussão da Averbação me pareça até razoável, para, se for o caso, alterar a legislação. Mas, de qualquer forma a questão da Preservação também impediria. JOSÉ CARLOS (SEPLAG): Eu vou me abster. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.6 aprovado pela maioria, com 02 votos contra e abstenções registrados. Item 5.9, destaque FIEMG. THIAGO (FIEMG): O empreendedor está inscrito? Eu gostaria que ele pudesse nos trazer algo para esclarecer, porque eu ainda tenho dúvidas no processo dele. EDYLENE (PRESIDENTE): Não, o empreendedor não está inscrito nesse item. THIAGO (FIEMG): Ah sim, é o Frigorífico Delta. Muitos processos. Bom, o Frigorífico Delta, aqui também é a mesma benéfica que a gente discutiu antes, porque vem no processo pedindo TAC, nas folhas 11 e também o Parecer relata que ele não pediu o TAC. Por mais que a Dra Kamila já tenha explanado e realmente que o TAC tem que trazer essa previsão e essa solicitação, só se entendesse lá no Parecer que ele não pediu, sendo que ele pediu o TAC. O Frigorífico Delta diz lá na página 9 que ele não pediu. EDYLENE (PRESIDENTE): Um momento, a SUPRAM está verificando essa questão. THIAGO (FIEMG): Esclarecido. Na verdade, o TAC que ele alega para a gente, o Rodrigo me ajudou ali, é um TAC de dois mil e. RODRIGO (SUPRAM): Na verdade, o empreendimento tem um TAC, mas só que foi uma autuação de 2015, que foi realizado. E não referente a esse processo. THIAGO (FIEMG): Ok. Então, satisfeito. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, o item 5.9 em votação; os que estiverem de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Abstenção. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Até por lembrança do Conselheiro da Polícia Ambiental, não recordava, fazia tempo que não votava, é abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.9. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Desculpe, é recomendação da Corregedoria e eu fazia tempo que não participava das reuniões. Então, os próximos itens vou me abster das votações. EDYLENE (PRESIDENTE): Certo. Então, o item 5.9 aprovado pela maioria. Agora, o item 5.10 nós temos um destaque da FAEMG. ELAINE (FAEMG): Basicamente é sobre essa que foi aplicada, de acordo com o Princípio da auto tutela uma reincidência genérica pelo órgão de julgamento. Eu que demonstrar aqui o meu descontentamento com isso até porque acabaram de falar que não se aplica atenuante se não for requerido. Eu acho que para o empreendedor também, tem certas situações que acontecem como uma aplicação de uma reincidência genérica dessa forma que só prejudica. A multa dele de R\$ 84.000,00 foi para R\$ 722.000,00 e isso em série de Recurso, porque já tinha sido julgado em primeira instância a impugnação, não observaram, não foi adequado e agora, como é uma decisão irreversível, se aplica; eu acho que isso aqui dá para fechar uma empresa, um valor desse. Com base nisso, eu fiz algumas considerações que eu acho que nós enquanto Conselho poderíamos pensar, até para agir com mais razoabilidade. Eles definiram o Artigo 64 da Lei 14.184 para dar margem a aplicação do princípio da auto tutela; esse artigo não fala em rever (...), como está escrito no Parecer, ele fala em (...). Então, eu entendo que seja o



344 caso, no meu entendimento, (...) vocês me perdoem; mas eu entendo que não se aplica,
345 principalmente quando nesse artigo fala no final que tem que preservar o direito adquirido. Eu
346 acho que quando a pessoa é autuada, o fiscal não observou que ele era reincidente; depois ele
347 faz uma impugnação, é julgado pela Superintendência, não se observam também que ele era
348 reincidente; aí ele faz o recurso, na hora de julgar o recurso aplica uma reincidência dessa de
349 ofício, aumentando o valor da multa nesse valor, que eu entendo que é um absurdo e eu
350 entendo que sim, que é um direito adquirido dele. E outra coisa, eu entendo que nesse caso o
351 Conselho poderia julgar de acordo com o Artigo 66, da mesma Lei que fui suscitada, que fala
352 que na hipótese de uma decisão muito (...) de interesse público e prejuízo para terceiros, os
353 casos que apresentarem defeitos (...) serão convalidados pela Administração. Se a própria
354 Administração não viu isso lá atrás em duas oportunidades, eu entendo que não seria agora o
355 momento de aplicar. É isso. KAMILA (SUPRAM): Nós vamos devolver o prazo de recurso,
356 abrir o prazo de recurso para o autuado poder se manifestar quanto a reincidência. Só isso.
357 Mas isso também não quer dizer que; o que caberia a ele é comprovar que não cabe a
358 reincidência, ou seja, que ele não sofreu autuação naquele período. Então, o que a gente
359 entende que é possível fazer é apenas devolver o prazo de recurso para ele. ELAINE
360 (FAEMG): Kamila, isso tem uma previsão legal, de abrir o prazo de recurso só para essa
361 questão, nessa fase? KAMILA (SUPRAM): A gente, inclusive a uns dois ou três anos a gente
362 tirou um processo de pauta, aqui da URC, para devolver prazo. A gente teve, inclusive,
363 orientação da SEMAD nesse sentido, no o caso de reincidência quando não indicado no auto
364 de infração. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, o processo do item 5.10 foi baixado em
365 diligência. Agora, o item 5.16 tem o destaque da FAEMG. ELAINE (FAEMG): É mais
366 esclarecimento mesmo. Nesse Parecer houve uma adequação à tabela UFEMG 2013, onde o
367 valor da multa foi de R\$ 60.000,00 para R\$ 82.000,00. Eu só queria que vocês explicassem,
368 porque eu não entendo muito bem como que é esse operacional de adequação. Quando ele foi
369 autuado, pela Tabela o valor deveria ser R\$ 82.000,00 e aplicaram R\$ 60.000,00, é isso?
370 GUSTAVO (SUPRAM): A sua dúvida já foi objeto suscitado no (...) do RH, até o Gustavo
371 Mallaco estava presente como Conselheiro, a questão é a seguinte, que 2008, 2009, 2010, 11,
372 12, 13 até o ano de 2014 o Estado conforme previsão legal que existia no Decreto deveria ter
373 reajustado toda tabela, que vinha lá R\$ 20.001,00; R\$ 50.001,00; aqueles valores deveriam ter
374 sido ajustados conforme a UFEMG desde 2008 e não o fez. Então, essa multa que foi aplicada
375 em 2013 é a atualização que o Estado deveria ter feito. O valor da multa ao invés de
376 50.001,00 deveria ter sido aplicada a multa de R\$ 70.00,00 e pouco. Então, o valor correto
377 dela seria esse valor inicial, esse valor real. Essa é a atualização da UFEMG que a gente faz. E
378 a partir da aplicação dela as atualizações de SELIC até o final de 2014, desculpe, de
379 Corregedoria Geral da Justiça até o final de 2014 e SELIC a partir de Janeiro de 2015
380 conforme a Lei Estadual 21.735. ELAINE (FAEMG): Só mais uma dúvida, se ele tivesse
381 pago então, ao invés de fazer a Defesa ele teria pago R\$ 60.000,00? Foi para R\$ 82.000,00?
382 GUSTAVO (SUPRAM): Teoricamente sim. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, em votação
383 o item 5.16. Os que estiverem de acordo com o Parecer da SUPRAM permaneçam como
384 estão. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Eu sou
385 contra, por entender que não deveria ter majorado o valor que foi aplicado na época da
386 autuação. GILBERTO (SEAPA): Abstenção. THIAGO (FIEMG): Eu vou acompanhar o voto
387 da Conselheira da FAEMG. Voto contrário. WILLIAN (SIAMIG): Abstenção. JOSÉ
388 CARLOS (SEPLAG): Para eu entender aqui, isso é até um erro da Administração. Como o
389 técnico colocou aqui, o direito não socorre a quem dorme, vamos dizer assim; a
390 Administração Pública também cabe isso aí; errou lá atrás, era R\$ 60.000,00 se tivesse pago.
391 Agora, errou lá, vamos recorrer, teria que ser R\$ 70.000,00. Eu vou acompanhar o voto da
392 nossa colega Elaine, sou contrário. GUSTAVO (SUPRAM): José Carlos, você me desculpe



discordar, às vezes não teria ficado por isso. O Estado, revendo, por força da suma do STF, revendo seus atos, ele poderia ter pegado essa multa e falado realmente que houve uma incorreção desses valores, fazendo o reajuste dele e cobrado se fosse o caso até por meio de execução judicial, não necessariamente ficaria por isso mesmo. O Estado ficaria por omisso nos arquivos, mas se ele fosse rever os seus arquivos certamente poderia identificar esses erros e rever os autos do processo administrativo. BRUNO (CBH-ARAGUARI): Acompanhando também o voto da Conselheira, votando contra. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.16 aprovado pela maioria. Agora o item 5.17 tem o destaque da FAEMG e FIEMG, e temos o empreendedor inscrito. ELAINE (FAEMG): É a mesma questão do princípio da auto tutela, com a reincidência genérica de ofício. A multa de ofício foi de R\$ 50.000,00 para R\$ 642.000,00. São as mesmas razões que eu falei no item 5.10, no 5.17. VITOR (SUPRAM): Nós vamos retirar de pauta também para diligência, para que seja dado novo prazo de recurso para que se manifeste especificamente sobre a reincidência. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, o item 5.17 foi baixado em diligência. THIAGO (FIEMG): O empreendedor está à disposição? EDYLENE (PRESIDENTE): Por favor, se identifica. ANA LETICIA (REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR): A questão da reincidência já foi tratada, mas tem um outro ponto muito importante nesse Parecer, que a Empresa, além dela pedir aplicação da atenuante que é um benefício ao autuado, ela requereu, ela juntou a Averbação da Matrícula, cópia da Matrícula com o CAR e o CAR averbado na matrícula e um relatório fotográfico a Reserva Legal dela. Ainda assim, no Parecer não foi avaliado, não foi mencionado por que foi insuficiente os documentos apresentados. Então, assim, é mais uma manifestação de um Empreendedor que pediu aplicação da atenuante, que apresentou os documentos, inclusive aqui foi colocado que seriam suficientes para aplicar a atenuante e ainda assim a SUPRAM está se eximindo, talvez, dessa observação. Então, é isso o pedido, já que foi baixado em diligência, talvez seja essa a oportunidade também do Jurídico da SUPRAM também reavaliar a aplicação da atenuante, considerando todos esses documentos apresentados, porque senão fica difícil para o Empreendedor, tanto a questão da reincidência como a aplicação de atenuantes. Senão, nunca o empreendedor conseguirá comprovar que ele é passível e que ele merece o benefício da atenuante. Então, só isso que eu gostaria de esclarecer e pedir essa observação. IVAN (SUPRAM): Esclarecendo a representante da empresa, quanto a atenuante que você alega que apresentou fotos, deveria ter vindo com uma ART, um laudo e também não tem fotos ali no processo; o Gustavo está até reafirmando ali. O simples fato da fotografia de uma Mata, acho insuficiente. Deveria apresentar com um laudo do profissional da área, com ART, para chegar no convencimento do Parecer Jurídico. Está bom? Quero deixar claro isso aí. GUSTAVO (SUPRAM): Nesse recurso, a única documentação que foi apresentada foi análise laboratorial agrícola. Não foi apresentado Laudo com ART, constatando a preservação da Reserva Legal. Tem algumas fotos em sede de apresentação de documentos na primeira instância, mas não segue nenhum laudo com ART do responsável técnico legal. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Gostaria, até para a gente ficar atento a uma questão de esclarecimento. A colega da FAEMG, essa questão de estar retornando o prazo, se não há o risco de não se fazer essa prova e da possibilidade desse valor aumentar ainda? (...) no caso a gente fazer essa reflexão, porque eu imagino que há essa possibilidade e se é isso mesmo que vocês esperam, porque a gente não sabe, parece que quanto mais tempo demora mais esse valor; eu penso que seja assim, esse valor pode vir aumentar. VITOR (SUPRAM): Foi aplicada essa reincidência genérica? Não. Já está no patamar máximo da legislação. Ela dá o mínimo e o máximo; o máximo é com a reincidência. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Certo. Eu falo na questão de correção, da UFEMG. VITOR (SUPRAM): A correção é da taxa SELIC, mês a mês, dentro da lavratura do auto. Isso é devido pela 21.735, a gente não pode nem se



manifestar sobre isso porque é uma Lei aprovada no Estado, na Assembleia, que todos os autos de infração são corrigidos mês a mês, a partir da ciência do autuado da lavratura, conforme a leitura da 21.735. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Então, é essa questão que eu queria chamar a atenção. Dessa possibilidade até aumentar esse valor. VITOR (SUPRAM): (...) os que foram julgados não, os que foram analisados o Parecer não, porque já estão no patamar máximo. ELAINE (FAEMG): Tem uma outra questão, acho que nem é o momento de eu falar isso, mas eu, como Advogada de Produtores Rurais, eu vejo uma preocupação muito grande, você faz uma impugnação dessa, a preocupação que a gente tem, pasmem, é essa que você tem. Quando o órgão administrativo tinha que julgar rápido, para que nós pudéssemos não ficar tão preocupados com o valor da correção, isso não acontece. A Lei deveria ser como é, aplicando correção, juros e tudo, mas desde que tivesse efetividade na rapidez dos julgamentos. Então, a gente fica até polido, eu vou fazer uma defesa para um Produtor eu falo assim para ele, eu faço ele assinar um papel falando que ele tem consciência que pode vir a perde e que pode ser corrigido com base nisso, nisso e nisso. Tem auto de infração de 2008 que eu vi, nós estamos com 10 anos, imagina corrigir isso? Desculpa o desabafo, mas só para falar. GUSTAVO (SUPRAM): O seu temor é o meu também como Coordenador de Núcleo. Hoje, atingimos a cifra de 6.000 autos de infração, nesse Núcleo. Algo em torno de trinta e poucos por cento tem defesa, mais de 2.000 autos de infração para analisar defesas e confesso a você, muitas delas juntam documentação totalmente desnecessárias. Muitas matrículas que não são necessárias para serem juntadas e infelizmente a equipe é dotada de 04 Analistas Jurídicos e a gente, obviamente, tem envidado elevados esforços, na medida do possível e quiçá impossível, que tem sido cobrança reiterada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente para que se dê uma vazão maior nesses autos de infração. Obviamente a gente começa pelos mais antigos e alterna alguns mais novos. Principalmente aqueles que tem recursos, você pode ver que tem alguns recursos mais recentes aí. Então, infelizmente, esse reajuste, como a gente falou na reunião passada, o Valera, muito bem me corroborou, a gente trabalha pelo princípio da equidade. Quando o cidadão vai cobrar do Estado, judicialmente, quer seja por meio de precatório, quer seja por meio de cobrança; o Estado faz o reajuste total para ser pago para ele. Da mesma forma, o Estado, quando tem que cobrar do cidadão, vai ser feito o reajuste. Esse é o ônus de quem ingressa com a defesa. A pessoa que ingressa com a defesa ela tem que, infelizmente, aguardar ter a sua documentação e os seus recursos analisados. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, prosseguindo. O item 5.17 foi baixado em diligência, vamos agora ao item 5.19, temos o empreendedor inscrito e a FIEMG. DOUGLAS (REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR): Venho falar com relação ao auto de infração que foi lavrado 45.676, dentro de uma das infrações foi “descumprir a Condicionante 7 aprovada na Revalidação da Licença de Operação ou cumpri-las fora do prazo”. A Delta trouxe em sua defesa, inclusive, as datas e os números dos protocolos efetuados com relação ao Plano de Aplicação da Vinhaça, conforme a Deliberação Normativa que se tratava da Condicionante. Nesse protocolo nós fizemos um documento, um relatório que é apresentado pela empresa, onde traz, tão somente, como que eu vou estar atendendo os requisitos mínimos na DN 19. O fiscal, no seu Parecer Único traz que “não resta dúvidas que essa apresentação foi tempestiva”; entretanto, no seu Parecer Único, na prática o Plano de Aplicação da Vinhaça não estava em conformidade com a DN, por quê? O documento apresentava dados da Safra Anterior. Então, a gente tem que verificar aqui que a autuação não pode se configurar por descumprimento de Condicionante da LO e sim, descumprimento de uma Deliberação Normativa do COPAM. O descumprimento de Condicionante, a infração foi considerada como gravíssima e se fosse um descumprimento da Deliberação do COPAM, desculpe, eu não sei, mas seria tipificado como gravíssimo? Esse erro de tipificação causa aí uma nulidade do auto de infração, pelo



entendimento da empresa. Outro ponto, a infração que foi lavrado o auto dizendo que a empresa não impermeabilizou os tanques de água residuárias, o Parecer Jurídico não fundamentou as razões para manutenção da penalidade, que foi contestada na defesa da empresa, deixando de enfrentar inclusive questões técnicas apresentadas em recursos, por quê? Não identificando os tanques onde tinham as águas residuárias, a empresa também não teve a ampla defesa, por quê? Poderia ter pedido um relatório, eu tenho alguns tanques que são compactados, então, não identificou quais tanques não foram impermeabilizados, não trouxe a identificação correta dos tanques fiscalizados. E no que tange à última infração, emissão de fumaça preta das caldeiras, em desconformidade com a legislação ambiental podendo causar poluição ou degradação ambiental. Destaca-se aqui que a verificação do agente foi somente visual, não ficou claro no auto de infração ou mesmo no Parecer Único que foi proferido, quais foram os danos causados pela fumaça da chaminé e a avaliação dessa coloração também somente visual, subjetiva, que não define parâmetros legais para o auto de infração. O Parecer Único embasa que no termo que resulte ou possa resultar dano. Toda empresa do ramo sucroenergético tem acompanhamento das emissões de material particulado na atmosfera, então, talvez nessa forma o auto também tem que ser insubsistente, ser cancelado; é onde a gente impugna aí pela insubsistência do auto. Por quê? A coloração não pode ser usada como parâmetro para fazer uma suposição de que há possibilidade de dano. Outra coisa, a gente também impugna pela atenuante, se for considerado procedente o auto de infração, porque tem uma diminuição do valor da multa aí. VITOR (SUPRAM): Foram 03 infrações no mesmo auto. Essa infração de descumprir as Condicionantes, o senhor relata que cumpriu a Condicionante 7; só que no auto de infração relata que foram descumpridas as Condicionantes 4, 5 e 7 aprovadas na regularização. O Decreto não fala em número de Condicionantes, foram 03 aqui, se o senhor comprovar 01, mantém a infração. KAMILA (SUPRAM): Só vou fazer uma a parte, não quero te interromper, mas já interrompi. Dizer que a Condicionante, a preocupação é o seu conteúdo e não o prazo. Então, o que a gente quer é que cumpra a Condicionante a tempo e modo. Se não cumpriu a tempo, ok, ela foi cumprida intempestivamente; agora cumprida no tempo, mas de forma não satisfatória, não foi apresentada o que de fato a legislação exige, para a gente inclusive é pior. Só para deixar esse registro. THIAGO (FIEMG): No caso, ele cumpriu tempestivamente ou ele não atendeu de forma satisfatória o relatório? KAMILA (SUPRAM): Ela foi cumprida no prazo, porém, contrária a DN de aplicação de vinhaça, não seguiu as determinações técnicas que determina a DN 164. THIAGO (FIEMG): Eu gostaria de entender porque lá no relatório o Empreendedor diz que traz que trouxe essa informação para a SUPRAM. VITOR (SUPRAM): O Amilton vai trazer mais informações porque ele que lavrou a multa. AMILTON (SUPRAM): Nós estivemos lá no ano de 2013 para responder uma requisição do Ministério Público de Uberaba e o Empreendimento já tinha sido autuado anteriormente pela Polícia Militar por outras infrações que foram observadas lá. O que acontece é que quando nós chegamos lá, os tanques de vinhaça não eram impermeabilizados e nós temos um vasto arquivo fotográfico aqui que mostra isso e de água residuárias. Não eram impermeabilizados e não precisa nem de análise de teste de impermeabilização para verificar isso. Além disso, o pátio de bagaço da empresa estava em cima de uma nascente, jorrava água, misturava com o bagaço e corria um chorume para o Córrego chamado Ponte Alta. Então, veja, quero reforçar que as infrações observadas são verdadeiras e nós temos um vasto arquivo que comprova isso. No futuro, isso virou até uma ação criminal que está correndo lá na Comarca de Uberaba. RICARDO (SUPRAM): Só esclarecendo a questão da visualização, que não houve equipamento utilizado, que foi só visual. É feito visual mesmo utilizando um equipamento que chama disco de *ringelmann*, que faz a comparação colorimétrica. Então, é um equipamento, é um dispositivo de comparação de cor e é feito de forma visual, se está dentro ou se está fora dos parâmetros de emissão



540 atmosférica. Então, é a forma que é efetuada a verificação. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): E
541 no disco de *ringelmann* como é feito, a cada 03 minutos, então, se passar 03 minutos emitindo
542 fumaça preta a legislação fala autuação ou 15 minutos por turno. Então, isso está no disco de
543 *ringelmann* e é um instrumento válido legalmente. IVAN (SUPRAM): Quanto ao que o
544 representante da empresa alega que no Parecer Jurídico não foi observado que comprova que
545 estava impermeabilizado os tanques, a gente faz uma ressalva; quando da fiscalização não era
546 impermeabilizado, se foi feito depois cumpriu com a sua obrigação com o Meio Ambiente.
547 Então, assim, no auto de fiscalização estava bem claro que não era impermeável e temos que
548 fazer outra ressalva quanto a fé pública da gente. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, o item
549 5.19 em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG):
550 Abstenção. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Abstenção. WILLIAN (SIAMIG):
551 Abstenção. GILBERTO (SEAPA): Abstenção. ELAINE (FAEMG): Abstenção. EDYLENE
552 (PRESIDENTE): Item 5.19 aprovado pela maioria. THIAGO (FIEMG): Me desculpa, então, a
553 atenuante dele não foi aceita? Não há modificação do Parecer? Só para restar claro. VITOR
554 (SUPRAM): Ele requereu atenuante com base na alínea C do 68 inciso I, que é menor
555 gravidade dos fatos, poluição. THIAGO (FIEMG): OK. EDYLENE (PRESIDENTE): Item
556 5.24 temos um destaque da FIEMG e da SUPRAM. THIAGO (FIEMG): Bom, no Parecer e
557 nos documentos. GUSTAVO (SUPRAM): O meu destaque é meramente formal, documental.
558 Onde se lê no Parecer Auto de Infração 268/2011, o correto é 268/2001. Só para ficar
559 esclarecido. THIAGO (FIEMG): Uma das questões era essa e a outra é que realmente o
560 empreendedor alega que já tinha sido autuado pelo IBAMA pelo mesmo fato gerador da
561 multa da SEMAD. Ai ele não conseguiu entender se foi comprovada essa autuação ou a outra
562 questão. GUSTAVO (SUPRAM): Esse processo é *sue generis*, você deve ter observado no
563 Parecer dele que ele é bem complicado. Um parecer extenso, de 2001; então, teve um grau
564 recursal, um pedido de reconsideração, uma confusão só. Então, na documentação
565 apresentada pelo Empreendedor aqui, não consta a comprovação do recolhimento dessa multa
566 do IBAMA, no Parecer Jurídico a fundamentação, inclusive, ela já foi dada em primeira
567 instância e está fundamentada aqui novamente, conforme a Lei 9.605, o artigo 66 dela é bem
568 claro, o pagamento de multas impostos pelos Distritos, Municípios, Estados ou Territórios
569 substitui a Federal na mesma hipótese de incidência. Então, nos autos não tem comprovação
570 que ele já tinha recolhido essa multa do IBAMA, acho que essa do IBAMA é mais de um
571 milhão de reais. Não tem comprovação que ele recolher, no caso, a do Estado irá substituir
572 essa multa. Se ele recolheu ele teria que pedir esse ressarcimento perante a União. THIAGO
573 (FIEMG): Aproveitando, ele vai fazer jus a alguma atenuante? O processo é bem confuso, ele
574 vem atravessando Normativas, mas no Recurso ele apresenta lá a assinatura do TAC,
575 inclusive a comprovação da recomposição daquele área que ele alega que foi feita a
576 fiscalização e que houve a questão do derramamento ali do gesso. Por essa razão, ele vai
577 conseguir algum tipo de atenuante aqui dentro da SUPRAM? GUSTAVO (SUPRAM): Você
578 fala com relação à recomposição? THIAGO (FIEMG): Sim. GUSTAVO (SUPRAM): Não.
579 Se trata de uma infração gravíssima, inclusive com poluição. São dois casos, uma é infração
580 gravíssima com poluição do leito de córrego; então, não tem como a gente aplicar essa
581 atenuante. Além do que ele não a requereu em sede de recurso. THIAGO (FIEMG): No
582 último recurso dele ele traz essa questão da atenuante, lá no recurso, folha 03 dele.
583 GUSTAVO (SUPRAM): Mas o recurso que ele pediu, ele já tinha sido aplicado essa
584 atenuante em primeira instância. Não daria para aplicar novamente. THIAGO (FIEMG): Ok.
585 Satisfeito. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, em votação o item 5.24, os que estiverem de
586 acordo permaneçam como estão. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Abstenção. JOSÉ
587 CARLOS (SEPLAG): Abstenção. THIAGO (FIEMG): Abstenção. GILBERTO (SEAPA):
588 Abstenção. SIDNEY (SECIR): Abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 5.24 aprovado



pela maioria. Agora eu farei a leitura dos Processos do Item 6, de forma breve e a gente faz ao final a votação em bloco. Item 6. **Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento Ambiental:** 6.1 Elder André de Oliveira/Fazenda Saco dos Bois - Beneficiamento primário de produtos agrícolas, limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 11030000201/16 - Área de RL: 87,3179 ha - APP: 80,7675 ha - Área Requerida: 217,7126 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Florestal Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patos de Minas. Algum destaque? Sem destaque. Item 6.2 Aurenícia Ferreira da Silva e Outros/Fazenda Santo Antônio, lugar denominado Capão do Palmito - Cafeicultura e citricultura, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Araguari/MG - PA/Nº 06050000269/16 - Área de RL: 6,4300 ha - APP: 2,0553 ha - Área Requerida: 8,5900 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Mata Atlântica com tipologia Cerradão. Estágio de Regeneração: Avançado. NRRA Uberlândia. Sem destaque. Item 6.3 Antonio Carlos de Moura/Fazenda Boa Esperança - Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite - Araguari/MG - PA/Nº 06050000215/16 - Área de RL: 27,1700 há - APP: 5,4076 ha - Área Requerida: 24,2065 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Uberlândia. Sem destaque. Item 6.4 Marcos Rodrigo Caixeta/Fazenda Alagoas, lugar denominado Gurita - Culturas anuais, excluindo a olericultura - Patos de Minas/MG - PA/Nº 11030000058/15 - Área de RL: 04,6521 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 17,8199 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patos de Minas. Sem destaque. Item 6.5 Evaldo Gonçalves de Faria/Fazenda Santa Rosa Mesas - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Coromandel/MG - PA/Nº 11020000312/16 - Área de RL: 41,1761 ha - APP: 6,9312 ha - Área Requerida: 38,7800 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patrocínio. Sem destaque. Item 6.6 Eloízio Júlio Ribeiro/Fazenda Itambé do CráCrá - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Estrela do Sul/MG - PA/Nº 11020000289/16 - Área de RL: 10,7405 ha - APP: 2,3634 ha - Área Requerida: 40,5689 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patrocínio. Sem destaque. Item 6.7 Joaquim Marques Ferreira/Fazenda Primavera V - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Tiros/MG - PA/Nº 11030000030/16 - Área de RL: 04,2600 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 9,5000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patos de Minas. Sem destaque. Item 6.8 NC Naves Empreendimentos Patrimoniais Ltda./Fazenda Ferragem - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) - Douradoquara/MG - PA/Nº 11020000463/16 - Área de RL: 33,1827 ha - APP: 31,6206 ha - Área Requerida: 51,1014 ha - Área Passível de Aprovação: 34,8280 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patrocínio. GUSTAVO MALLACO (ANGÁ): Destaque. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, vamos à votação dos itens que não houve destaque, que é do 6.1 ao 6.7. Os que forem favoráveis ao Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Abstenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, os itens do 6.1 ao 6.7 foram aprovados pela maioria. Agora, o item 6.8 nós temos um destaque do Gustavo Malacco. GUSTAVO MALACCO



638 (ANGÁ): Quero pedir vistas do processo porque eu tenho algumas dúvidas que eu quero tirar
639 em relação a ele. EDYLENE (PRESIDENTE): Item 6.8 pedido de vistas concedido ao
640 Conselheiro Gustavo. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Presidente, só uma dúvida. A nossa
641 reunião a priori está mantida para o dia 10 de novembro? O meu prazo é esse? Posso contar
642 com essa data de reunião para os dias anteriores para apresentação do Parecer? GUSTAVO
643 (SUPRAM): Eu não sei se foi esclarecido para vocês por e-mail, a reunião não aconteceu no
644 mês passado porque infelizmente não houve tempo de se fazer a licitação do som e por
645 disposição legal nós temos a obrigatoriedade de fazer as gravações e tudo; e não deu tempo
646 infelizmente da licitação ter ocorrido. Então, obviamente como ocorreu agora, houve esse
647 adiamento para esse mês e por enquanto, a não ser que haja alguma intercorrência, até
648 segunda ordem está mantido os Calendários. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Eu fiz esse
649 questionamento, para frente tudo bem, só se a reunião for antecipada eu preciso. Eu gostaria
650 de sair com essa data fixa para eu me programar no Parecer. EDYLENE (PRESIDENTE):
651 Então, senhores, sem mais, está encerrada a nossa reunião. Um momento. Temos o Promotor
652 Dr. Alam, quer se manifestar. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Antes de encerrar eu só
653 queria deixar aqui, externar a satisfação com esse posicionamento da Corregedoria do
654 Ministério Público de Minas Gerais. O Dr. Carlos Valera havia me falado realmente no início
655 do ano, depois que o Policial Militar me alertou aqui, eu agradeço mais uma vez. Eu até fiz
656 um contato aqui rapidamente e depois que eu me recordei, tinha ficado afastado e não me
657 lembrava, mas na época então eu lembro que questionei com ela qual a razão do Ministério
658 Público da manutenção desse Conselho se não for para participar para poder votar, apenas
659 para ter direito de voz no Conselho, enfim; é uma recomendação da Corregedoria e vou
660 cumprir, assim como ele também cumprido. O que eu acho, me desculpe a palavra, eu acho
661 que isso chega até a ser humilhante esse tipo de posicionamento, é ridículo o Ministério
662 Público se prestar a esse papel; vir aqui, deslocar um Promotor de Justiça que tem muitas
663 atribuições sérias para fazer; vir aqui, perder tempo de trabalho, sair da minha cidade; vir
664 aqui, deixar de trabalhar, como tinha uma série de obrigações para fazer; vir aqui apenas para
665 ser um Consultor de luxo do Conselho. Eu acho que se o Ministério Público tem o assento
666 como Conselheiro, então, ele vota. Se não é para votar, o que eu também até acho que talvez
667 não seja o caso, que o Ministério Público por ser um ato do Executivo não deveria ter direito a
668 voto, que não componha o Conselho e que faça a fiscalização como faz de todos os outros
669 órgãos da administração pública. Encaminhe recomendação e depois tome as providências
670 que entender cabíveis. Vir aqui apenas para dar opinião, isso é ultrajante, desculpa a minha
671 franqueza, e mais, até porque a Constituição assim como veda a gente de atuar diretamente,
672 também veda o Promotor de Justiça de prestar Consultoria para os órgãos públicos. Então, eu
673 entendo que vir aqui e ficar falando; olha, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, isso não
674 deixa de ser uma Consultoria, para isso a SUPRAM já tem a sua Assessoria Jurídica
675 capacitada para isso. Então, só para externar, me perdoem a franqueza, mas para externar o
676 absurdo que eu acho do Ministério Público nessa condição. Então, gostaria que o Procurador
677 de Justiça liberassem os Promotores de Justiça dos cargos, o que ainda infelizmente não foi
678 feito. Agradeço a atenção. EDYLENE (PRESIDENTE): Bom, mais alguma manifestação?
679 JOSÉ CARLOS (SEPLAG): Eu gostaria de colocar aqui aos Conselheiros e até à mesa, junto
680 com a SUPRAM, me perdoem se está sendo até um pouco desentendido o meu pensamento.
681 Quando existe algum TAC me parece que esse TAC deve ser sempre revertido a benfeitorias
682 no campo ambiental. É isso? Então, por ser Servidor Público Estadual, da Secretaria de
683 Estado de Planejamento e Gestão, tenho 33 anos de serviço público, entendemos que vários
684 órgãos, vários outros segmentos do Estado são carentes de benfeitorias, de algum tipo de
685 reformas, essas coisas todas. Existindo algum TAC, sendo aprovado algum TAC e até venha a
686 ser mais célere o processo (...) TAC por conta da pessoa que foi autuada, haveria a



possibilidade, a viabilidade de algum outro órgão tipo Escola Estadual que está ai depredada, desgastada, acabado, destruído (...) para o cumprimento desse TAC para o órgão estadual. Eu sugiro no caso, as Escolas Estaduais, assim como outros órgãos que a gente vê que tem deficiência e que precisavam de melhorias. Eu gostaria só de um Parecer sobre isso. GUSTAVO (SUPRAM): Realmente, esses TAC's de medidas alternativas conforme disposto no Artigo 49, parágrafo 2º parte final, são realmente TAC's para redução de 50% do valor da multa para que seja empreendidas em ações ambientais, educação ambiental, fiscalização ambiental e regularização ambiental. A educação, como o senhor sugeriu, é válida, cabe obviamente ao empreendedor trazer isso para a gente, qual a Escola ele deseja investir, qual aparelhagem, material que ele deseja apresentar para as melhorias das fiscalizações e regularizações ambientais. A gente acata sua sugestão, é interesse do Superintendente inclusive fazer um banco de dados daquelas instituições, principalmente Escolas ou demais órgãos do Estado que precisem desse tipo de investimento, da redução dele, dessa medida alternativa e caso tenham alguma informação, alguma listagem eu agradeço se isso for repassado para nossa Superintendência para a gente deixar no Banco de Dados. Assim que forem surgindo os TAC's, obviamente, a gente está dependendo de algum procedimento ainda, é uma legislação que depende de alguma regulamentação dela, de alguma organização e assim que forem aparecendo as demandas eu creio que a lista que for repassada ou as demandas que forem repassadas pela SEPLAG ou de qualquer outro órgão a gente vai procurar atender da melhor forma possível. THIAGO (FIEMG): Respeitosamente ao nosso membro do Conselho e ao nosso nobre colega, nós temos que tomar muito cuidado quando se fala em alguma medidas para beneficiar outros campos. A questão da educação ambiental ser feita, a medida tem que ser para a questão ambiental. Para aparelhar Escolhas, Hospitais, enfim, a gente já superou isso no início, nós temos TAC's que foram feitos doações de ambulâncias, de automóveis, isso realmente o Empreendedor até na ação de contribuir ele até aceitou, mas depois isso foi pacificado. Mas a educação ambiental eu imagino que a gente pode trabalhar nesse sentido e não só educação dentro das Escolas, dentro das instituições; tem uma corrente que diz ai que quem precisa de educação ambiental é empresário. Então, vamos ver se a gente consegue trabalhar nesse sentido, fazer um esforço nesse sentido, a Superintendência e o Ministério Público tem sido bem (...) nesse sentido. GUSTAVO (SUPRAM): Só mudando de assunto, aproveitando o ensejo, Presidente. Foi publicado agora, muitos desses que foram julgado agora podem aderir ao Programa de Regularização Ambiental ou conhecido como REFIS Ambiental. Houve a reforma da Lei Estadual 21.735 por uma outra Lei que eu não me recordo, e já aconteceu o Decreto Regulamentador que aqueles que foram autuados até 31/12/2014 podem pedir pagamento de suas multas com desconto de 90% à vista e os escalonamentos se for parcelado. Houve essa alteração da Lei 21.735 e ampla divulgação do Estado que essa adesão tem que ser feita até o último dia 31 de dezembro desse ano pelo site www.regularize.ambiente.mg.gov.br. O usuário vai adentrar, informar seu auto de infração, informar seu CNPJ. A SEMAD vai fazer o levantamento de todos os autos de infração, só vale para os autos de infração antes de 2014, todos eles, não pode deixar de aderir ou aderir a um só. Não. Tem que aderir a todos. Após adesão ele vai ser comunicado por e-mail ou por telefone para que ele acesse o site da Fazenda e emite o seu boleto com desconto requerido. Só um detalhe para ficar bem claro, que muitos vem aqui reclamar isso. Os descontos são somente sobre os acréscimos legais advindos dessas multas. Inclusive os acréscimos dessa discussão que a gente teve aqui desse acréscimo da SELIC. NELSON (UFU): Retomando o assunto anterior da sugestão do TAC. A Universidade tem muito interesse em promover esse tipo de educação ambiental, nós acabamos de aderir a Rede ADS Universidades que visa promover a implantação e o desenvolvimento de atividades para atendimento da Agenda 20/30 da ONU. Eu estava ontem num evento em Curitiba que



trabalhou mundialmente essa temática, como que nós faríamos essa educação ambiental, propondo um circuito de atividades para a educação ambiental e se a gente ter apoio desses recursos advindos dos TAC's para promover essas atividades. Então, só colocando a Universidade à disposição, nós vamos começar a desenvolver essas parcerias, desenvolver esses projetos e as parcerias para que a gente possa socializar, tornando essa questão do desenvolvimento sustentável de conhecimento da sociedade. GILBERTO (SEAPA): Representando também a EMATER, como um trabalho de educação ambiental, um trabalho de extensão rural e assistência técnica rotineiramente, também temos interesse em estar conversando, tentar aprimorar e quem saber estar buscando esses recursos. EDYLENE (PRESIDENTE): Então, como colocado pelo Gustavo, essas propostas, essas sugestões podem ser encaminhadas para SUPRAM para compor nosso banco de dados e surgindo oportunidade que essas entidades sejam contempladas. Item 7. **Encerramento:** Eu agradeço a todos os Conselheiros pela presença, participação, paciência, compreensão, pelos contratempos. Agradeço a todos os participantes e à equipe da SUPRAM, desejo a todos um bom fim de semana Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 15 de setembro de 2017.

EDYLENE MAROTA GUIMARÃES (presidente suplente)